



Brasília-DF, 25 de maio de 2026

## Manifesto da CNTI em apoio à Luta dos Eletricitários de São Paulo



A energia que move o Brasil não nasce dos lucros das concessionárias. Ela nasce das mãos calejadas dos trabalhadores e trabalhadoras que sobem em postes, enfrentam temporais, riscos elétricos, jornadas exaustivas e colocam a própria vida em perigo para garantir que o país continue funcionando.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI manifesta total apoio à mobilização dos Eletricitários de São Paulo e ao legítimo plano de luta construído democraticamente pela categoria diante da intransigência patronal e do profundo desgaste enfrentado pelos trabalhadores terceirizados do setor elétrico.

Não estamos diante apenas de uma campanha salarial. Estamos diante de um grito coletivo contra o descaso, a precarização e a lógica de exploração que transforma trabalhadores essenciais em números descartáveis.

É inadmissível que profissionais submetidos diariamente a atividades de alto risco ainda precisem lutar pelo básico:

- valorização salarial digna;
- respeito à alimentação do trabalhador;
- participação justa nos resultados;
- recomposição inflacionária;
- condições humanas de jornada;
- fim de escalas adoecedoras como a 6x1.

A defesa da substituição da escala 6x1 é exemplar: representa mais do que uma pauta econômica. Representa a defesa da vida, da saúde física e mental, do convívio familiar e da dignidade humana.

Nenhuma empresa pode continuar acumulando contratos milionários enquanto trabalhadores adoecem, se exaurem e são empurrados ao limite da sobrevivência.

A CNTI alerta as empresas terceirizadas e as concessionárias do setor elétrico — Enel, EDP, CPFL, Elektro e demais grupos econômicos envolvidos — que a responsabilidade social não pode existir apenas em campanhas publicitárias ou relatórios corporativos. Ela precisa existir na mesa de negociação coletiva e no respeito concreto àqueles que sustentam o sistema elétrico brasileiro.

O movimento dos eletricitários não é isolado. Ele dialoga com milhões de trabalhadores brasileiros submetidos à intensificação do trabalho, à pressão permanente por produtividade e ao avanço da precarização.

Quando eletricitários se levantam contra jornadas desumanas, levantam também uma bandeira que pertence a toda a classe trabalhadora brasileira.

A CNTI reafirma seu apoio irrestrito ao Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, à sua direção, especialmente à presidência, o companheiro Eduardo Annunciato — Chicão — também Diretor Secretário de Educação da CNTI, cuja atuação firme e comprometida expressa o verdadeiro papel do sindicalismo classista: defender trabalhadores mesmo diante das pressões econômicas e políticas.

A legitimidade da mobilização foi reconhecida inclusive no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho. Isso demonstra que a categoria agiu com responsabilidade, organização e compromisso democrático.

Agora cabe ao setor patronal decidir: ou apresenta uma proposta séria e respeitosa, ou assumirá perante a sociedade a responsabilidade pelos impactos de um conflito construído pela própria intransigência empresarial.

A CNTI seguirá vigilante, mobilizada e ao lado dos trabalhadores.

Porque sem eletricitários não existe rede funcionando. Não existe manutenção. Não existe expansão. Não existe energia chegando às casas, hospitais, escolas, indústrias, tampouco segurança pública.

Quem mantém o Brasil ligado merece respeito.

**UNIDADE. MOBILIZAÇÃO. DIGNIDADE.  
SE OS TRABALHADORES PARAM, SÃO PAULO  
SENTE E O BRASIL TAMBÉM.**

**CNTI – Confederação Nacional dos  
Trabalhadores na Indústria**

Brasília-DF, 25 de maio de 2026

## Presidente da CNTI participa de Seminário Nacional sobre Política Mineral, em Minas Gerais



José Reginaldo (Palestrante)

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), **José Reginaldo**, participou nesta quinta-feira (21) do **1º Seminário Nacional "A Política Mineral que queremos: Estratégia, Território e Sociedade"**, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O evento reuniu representantes do movimento sindical, especialistas, pesquisadores e lideranças sociais para debater os rumos da política mineral brasileira diante dos desafios econômicos, sociais e ambientais do país.



**Representando a Mesa 1 — "Conjuntura Nacional e Internacional"** —, José Reginaldo abordou os impactos do cenário geopolítico mundial sobre o Brasil e destacou a importância estratégica da mineração para o desenvolvimento econômico e industrial do país. Em sua exposição, o presidente da CNTI ressaltou que o

atual contexto internacional tem ampliado a pressão das grandes potências sobre as riquezas naturais brasileiras, transformando o território nacional em um dos principais espaços da disputa geopolítica global.

Segundo ele, "o impacto desse dilema global no Brasil manifesta-se por meio de uma pressão assimétrica das grandes potências sobre as nossas vantagens comparativas naturais, transformando o território brasileiro em um dos principais tabuleiros da disputa hegemônica mundial". José Reginaldo destacou ainda que Estados Unidos, China e União Europeia utilizam mecanismos que vão desde a dependência financeira até a imposição de barreiras técnicas e tentativas de influência sobre ativos soberanos brasileiros.

O presidente da CNTI também chamou atenção para os efeitos da expansão da Inteligência Artificial (IA) e da Tecnologia da Informação (TI), impulsionadas pela crescente demanda por minerais críticos. De acordo com ele, embora o discurso corporativo esteja centrado em inovação e descarbonização, a realidade revela profundas contradições sociais e ambientais decorrentes do atual modelo de exploração econômica.



O seminário promoveu debates sobre território, meio ambiente, trabalho e os desafios contemporâneos da mineração brasileira, reunindo representantes de universidades, entidades sociais e instituições públicas. Além do presidente José Reginaldo, participaram do evento os dirigentes sindicais da CNTI Eduardo Armond Cortes de Araújo e Genoir José dos Santos, reforçando a presença e o compromisso da Confederação nos debates sobre desenvolvimento sustentável, defesa dos trabalhadores e fortalecimento da indústria nacional como eixo estratégico para o futuro do país.

Brasília-DF, 25 de maio de 2026

## Semana decisiva para o fim da escala 6x1 mobiliza trabalhadores e centrais sindicais em Brasília



Esta semana será decisiva para a luta pelo fim da escala 6x1. Entre os dias 25 e 28 de maio, a Câmara dos Deputados deve avançar na análise da PEC que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, com transição do modelo 6x1 para a escala 5x2.

A primeira etapa acontece nesta segunda-feira, 25, às 17h, com a apresentação do relatório da proposta por parlamentares da comissão especial. A expectativa das centrais sindicais é ampliar a pressão política e social pela aprovação do texto logo após a divulgação do parecer.

Na quarta-feira, 27, a partir das 14h, está prevista a votação da matéria na comissão especial da Câmara. O resultado é acompanhado com atenção pelo movimento sindical, que considera este um momento estratégico para consolidar apoio à proposta.

Caso avance, a PEC poderá ser analisada pelo plenário da Câmara já na manhã de quinta-feira, 28. Para as entidades sindicais, a votação representa um passo histórico rumo à melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora.

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) convocou dirigentes, federações e sindicatos de todo o país para acompanharem presencialmente a tramitação da proposta no Congresso Nacional e fortalecerem, de forma pacífica, a mobilização pela redução da jornada semanal.

### Calendário da tramitação:

- 25 de maio, segunda-feira, às 17h – apresentação do relatório;
- 27 de maio, quarta-feira, às 14h – votação na comissão especial;

- 28 de maio, quinta-feira, pela manhã – possível votação em plenário.

Fonte: NCST

## “Nós queremos acabar com a escala 6x1 imediatamente”, afirma Luiz Marinho na ALMG

Ministro do Trabalho e Emprego reafirmou apoio do Governo do Brasil à redução da jornada para 40 horas semanais sem redução salarial



Foto: Camila Cantarino / MTE

Durante audiência conjunta da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizada na quinta-feira (21), em Belo Horizonte (MG), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho reafirmou a defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e do fim imediato da escala 6x1.

Ao destacar a mobilização popular em torno do tema, o ministro ressaltou o protagonismo das mulheres e da juventude no debate. “Quero cumprimentar especialmente as mulheres e a juventude que, com seu grito, colocaram a redução em pauta: nós queremos acabar com a escala 6x1 imediatamente”, afirmou.

O ministro destacou o clamor da sociedade, especialmente das mulheres e da juventude, pela redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários e reafirmou o apoio do Governo do Brasil à proposta. Segundo ele, o Projeto de Lei nº 1.838/26, encaminhado ao Congresso Nacional, prevê a redução imediata da jornada para 40 horas semanais, com duas folgas por semana, sem impacto nos salários dos trabalhadores.

“Tenho certeza de que o Congresso vai ouvir o clamor popular e aprovar a mudança”, afirmou Luiz Marinho aos trabalhadores e representantes de entidades

**Brasília-DF, 25 de maio de 2026**

presentes à audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, também participou da audiência e defendeu que a redução da jornada de trabalho pode contribuir para o aumento da produtividade e da qualidade de vida dos trabalhadores. Ao relembrar debates anteriores sobre direitos trabalhistas, destacou que previsões negativas não se concretizaram.

“Em 1988, quando a jornada foi reduzida para 44 horas, diziam que o Brasil ia quebrar. Quando aumentou o salário mínimo, disseram que ia quebrar, mas nada disso aconteceu. O que aumenta a produtividade é dar tempo ao trabalhador para cursos de qualificação; é baixar os juros”, afirmou.

O presidente da Comissão Especial, Alencar Santana (PT-SP), anunciou que o relatório final do relator, deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), será lido nesta segunda-feira (25) e, em seguida, encaminhado ao plenário da Câmara dos Deputados. Segundo Alencar Santana, o cenário atual é favorável à aprovação da proposta. “O momento político mudou, agora temos condições de aprovar”, afirmou.

Fonte: MTE

## Fim da 6x1 deve ter prazo para entrar em vigor caso PEC seja aprovada

*Discussão é estabelecer período para que empresas adaptem suas escalas*



São Paulo (SP), 15/11/2024 - Pessoas participam de ato em defesa do fim da jornada 6x1. Foto: Letycia Bond/Agência Brasil

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da escala de trabalho 6x1 vai prever um período mínimo para que as novas regras entrem em vigor. Esse prazo vai começar a contar da promulgação do projeto em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado. Há três alternativas de prazo sobre a mesa, de 60 dias, 90 dias e 120 dias.

Com isso, há uma possibilidade de o dia extra de folga entrar em vigor no meio do período eleitoral. Caso seja aplicado um período de 90 dias e a PEC seja finalizada em julho, por exemplo, ela entraria em vigor em outubro. O fim da escala 6x1 é uma das principais bandeiras eleitorais do presidente Lula nas eleições deste ano, na qual ele tenta a reeleição.

O texto em discussão também deve prever um prazo de transição para a redução da jornada semanal que hoje é de 44 horas e passará a ser de 40 horas.

Neste caso, há duas possibilidades em discussão: de três anos, sendo uma hora neste ano e depois uma a cada 12 meses e de dois anos; e de duas horas em 2026 e uma hora a cada 12 meses.

Segundo interlocutores do governo, o martelo será batido até segunda-feira, quando está prevista a apresentação do relatório da PEC, do deputado Leo Prates (Republicanos-BA), na comissão especial que analisa a proposta.

Prates deverá se reunir até segunda com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) para fechar os detalhes do relatório. Motta também deverá se reunir com o presidente Lula antes da apresentação do texto.

Há outro ponto polêmico pendente de negociação diz respeito ao pagamento da horas descontadas da jornada atual e não trabalhada. Para aliviar o custo para os empregadores durante a transição, uma das ideias é retirar a incidência sobre encargos, como 13º e férias, sobre essa hora trabalhada.

Como existem no país vários tipos de escala de trabalho, como 12x36, por exemplo, adotada na área da saúde, o texto da PEC deve ser genérico: limitar a carga horária semanal a 40 horas semanais com dois dias de descanso remunerados, seguidos ou não. Jornadas acima desse teto poderão ser negociadas com os sindicatos via acordos ou convenções coletivas, com adoção de banco de horas ou pagamento de hora extra.

Trabalhadores com carga horária menor ou igual a 36 horas não terão redução automática de quatro horas. Contudo, isso poderá ser negociado com sindicatos.

A carga horária para as categorias que têm regras específicas, como aeronautas, por exemplo, será tratada posteriormente em outro projeto, enviado pelo Executivo ao Congresso.

Fonte: Agência O Globo